

## **Ensino Médio Integral e Integrado à Educação Profissional: o acirramento da disputa sobre a formação dos jovens**

**Flávia Gonçalves da Silva**

flaviagsmenders@gmail.com

O trabalho proposto pretende discutir as disputas em torno da formação dos jovens da escola pública a partir das políticas de educação integral e integrado à educação profissional implementadas na Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro - SEEDUC/RJ e que corroboram com o movimento maior de inserção do empresariado na educação no país. A participação crescente dessa fração da burguesia na educação não é um fenômeno recente. Autores como Adrião (2018); Fontes (2020); dentre outros, tem se dedicado a temática e nos ajudam a compreender esse fenômeno.

No Brasil, a década de 90 do século XX foi decisiva para entendermos o entrelaçamento entre a esfera pública e privada. Parece consenso entre pesquisadores, que foi durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que ocorreram as maiores investidas do capital privado na esfera dos bens e serviços públicos.

As mudanças implementadas nas esferas política, econômica e sociais, desde então, transformaram direitos sociais em importantes nichos de mercado. Mas a participação das empresas privadas na esfera pública tem vários vieses. Ela não participa apenas na oferta de serviços, mas também da condução das políticas públicas implementadas para essas áreas.

Esse segundo aspecto é o que nos toma a atenção, no momento. Essa forma de intervir na educação, mais discreta, mas bastante voraz e que se dá através da participação dos institutos e organizações sociais ligadas às empresas privadas que “assessoram” e participam junto às redes públicas do ‘fazer pedagógico’. Temos como exemplos: o Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Instituto Natura, dentre outros, que se enquadram numa categoria de investidores sociais, como caracterizada pelo GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). É importante destacar que essas organizações sociais “sem fins lucrativos” se associam ao ente público e firmam

‘parcerias e acordos’ com regras bem definidas quanto ao gasto de suas doações, ou melhor, dos seus investimentos.

A SEEDUC/RJ vem firmando parcerias para a implementação do Ensino Médio Integral e Integrado à Educação Profissional (EMIIEP) com algumas dessas associações ligadas ao empresariado, desde 2008. O trabalho, ora apresentado, traz recortes de uma pesquisa maior que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense sobre o EMIIEP no estado do Rio de Janeiro.

A concepção materialista histórica é utilizada para entendimento da realidade social e como caminho para desvelar o que subsidia o crescimento dessas organizações sociais junto ao estado, no seu sentido estrito. Como ferramentas metodológicas, utilizamos a análise bibliográfica e documental. Os documentos que constam nos “acordos e termos de cooperação técnica” firmados entre a SEEDUC/RJ e algumas das organizações sociais são a nossa fonte primária.

A participação de institutos e organizações sociais ligadas ao empresariado junto ao ente público, nos alerta, como pesquisadores, a entender os objetivos que não se revelam na superfície desse fenômeno. “O tratamento historicizado dos fenômenos envolve diferentes temporalidades, tanto em relação ao tema de estudo, quanto ao espaço-tempo em que ocorrem os acontecimentos tratados e aos sujeitos em foco nas pesquisas.” (CIAVATTA, 2019, p.23)

O objeto investigado se insere no tempo-espaço de recrudescimento das investidas neoliberais sobre os direitos sociais, avançamos sobre o entendimento das propostas dessas organizações para o ensino público de nível médio e, mais especificamente, o ensino médio integrado à educação profissional.

A primeira iniciativa data de 2007/2008 e é uma “parceria” entre a SEEDUC/RJ e o Instituto Telemar (Oi Futuro), dentre as justificativas encontradas no processo estão: a necessidade de reformas curriculares que “incluam conhecimentos imprescindíveis as cadeias produtivas que irão predominar no século XXI.” (RIO DE JANEIRO, 2007, p. 2). O domínio da cultura digital é um deles. A escola de EMIIEP originada é o Colégio Estadual José Lopes Leite no Bairro da Tijuca.

A segunda iniciativa, inspirada na primeira, acontece no ano de 2008/2009 e se dá entre a SEEDUC/RJ, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento SEAPPA, e a Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL) e posteriormente, o Instituto Grupo Pão de Açúcar (GPA), uma das necessidade apontadas

para se estabelecer um termo de cooperação técnica é “o déficit de mão-de-obra especializada poderá comprometer os esforços realizados para fomento da produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar em âmbito estadual.” (RIO DE JANEIRO, 2008, p. 10). A escola de EMIIEP é o Colégio Estadual Comendador Valentim dos Santos Diniz, no município de São Gonçalo.

A terceira iniciativa mapeada é a associação da SEEDUC/RJ com a Embratel S.A, Instituto Embratel e a Fundação Assistencial Xuxa Meneghel para a implantação de uma escola de EMIIEP com habilitação em Telecomunicações. Estamos tratando do Colégio Estadual Hebe Camargo no Bairro de Pedra de Guaratiba. No plano de trabalho temos algumas justificativas para o estabelecimento do termo de convênio “ visa a atender essa necessidade de capacitação no ambiente escolar, convergindo com os interesses de todos os partícipes e principalmente atendendo aos anseios da sociedade. (RIO DE JANEIRO, 2013).

Essas organizações citadas estão reunidas no GIFE, que tem como missão: “Aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum.” (GIFE, s/d) E são os parceiros de maior duração da SEEDUC/RJ. Essas organizações “sem fins lucrativos” investem na escola pública, mas não sem demarcarem os seus interesses. Não utilizamos aqui o termo parceria pública privada (PPP) porque até o momento não encontramos a contrapartida financeira da SEEDUC/RJ ao ‘parceiro’, o que caracterizaria a PPP. Por isso, analisamos essas associações como o fenômeno intitulado *Venture Philanthopy*, ou filantropia ou filantropos de risco ou filantropocapitalismo. (ADRIÃO, 2018; Fontes, 2020).

Para Fontes (2019) o termo filantropia “nubla” as questões maiores envolvidas na participação dessas organizações ao ente público. Apenas nos trechos destacados nos documentos, vimos expressas tanto a necessidade de preparação do jovem, ainda no Ensino Médio, para a sua inserção precoce no mercado de trabalho, como o objetivo de suprir a carência de mão de obra especializada.

Ainda com a autora, essas organizações funcionam com aparelhos privados de hegemonia, atuando na defesa de seus interesses e junto ao Estado com o intuito de fazer prevalecer os seus interesses como sendo interesses de todos.

A SEEDUC/RJ vem acompanhando e até mesmo ratificando o movimento iniciado na década de 90 do século XX e que se intensificou nas duas primeiras décadas do século XXI: as investidas do empresariado no âmbito da educação.

O desafio que se impõe, neste momento, é compreender esse fenômeno no tempo- espaço onde elas se intensificaram e unir forças para barrar essa ascensão, que no nosso entendimento, tanto prejudica a formação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Ensino Médio Integral e Integrado; Empresariado; Filantropos de risco

## REFERÊNCIAS:

ADRIÃO, Thereza. Dimensões e Formas de Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir do mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n.1, p. 8-28, jan/abr.2018.

FONTES, Virginia. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Revista Marx e o Marxismo**, v.8, n.14, jan/jun, 2020.

ClAVATTA, Maria et al. **A Historiografia em Trabalho-Educação**. Como se escreve a história da educação profissional. Minas Gerais. Navegando publicações, 2019.

GIFE. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Disponível em: <https://gife.org.br/> Acesso em 22/10/2022.

RIO DE JANEIRO. Convênio de Cooperação Técnica. Secretaria de Estado de Educação- SEEDUC. Processo n. ° E- 03/07187/2007. SEEDUC. 2007. Disponível no Link SEI: [https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=6) Acesso em: 08/07/2022

RIO DE JANEIRO.. Termo de Cooperação Técnica. Secretaria de Estado de Educação SEEDUC. Processo n. 03/013873/08. Link SEI: [https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=6) Acesso em: 08/07/2022

RIO DE JANEIRO. Celebração de Convênio entre a SEEDUC, Instituto Embratel e Fundação Xuxa Meneghel com a interveniência da empresa Embratel. Processo n. 03/001/10330/2013. Disponível no Link SEI: [https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=6) Acesso em: 08/07/2022